

SABERES TRADICIONAIS E RESISTÊNCIA BIOPOLÍTICA NO SERTÃO PARAIBANO: RELATO DE EXPERIÊNCIA E REDES DE CUIDADO NA EDUCAÇÃO E NO CAMPO

**TRADITIONAL KNOWLEDGE AND BIOPOLITICAL RESISTANCE IN THE
PARAÍBA COUNTRYSIDE: AN EXPERIENCE REPORT AND CARE NETWORKS
IN COUNTRYSIDE EDUCATION**

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 29/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/790562473](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/790562473)

Edneia Mendes Braga¹

Maria Heloisa Gomes Bento²

Ana Lucia Almeida Davi³

Paulo Romerio Dantas Cartaxo⁴

Denise Maciados Santos⁵

Gigliola Maciel Canuto⁶

Miguel Melo Ifadireó⁷

RESUMO

O relato de experiência em tela, ou melhor, em mãos é resultado de uma ação extensionista obrigatória que é motivada pelos princípios da pedagogia da alternância, denominada no plano pedagógico de curso, da licenciatura em Educação do Campo de Tempo-Comunidade. Logo, trata-se de uma imersão com vivências em uma comunidade rural alheia à própria residência dos discentes. Estes/as devem aplicar um diagnóstico socioeconômico para detectar os problemas da comunidade rural, justapondo, nessa troca de saberes, práticas didático-pedagógicas aprendidas durante o Tempo-Universidade. Logo, estas experiências devem valorizar o intercâmbio, nos processos ensino-aprendizagem, entre os saberes popular e erudito. O objetivo consiste em investigar a dinâmica socioeconômica, educacional, produtiva e sanitária no Sítio Jardineiro e em Serra de Arara, em Cajazeiras, Paraíba. O método alia a revisão de literatura integrativa com a metodologia da hermenêutica pedagógica, a partir da aplicação de vinte formulários socio-analíticos assinados através de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os resultados apontam que noventa por cento dos colaboradores utilizam diariamente plantas medicinais sob a liderança de raizeiros. A pesquisa desvela, ainda, discriminação étnico-social contra a minoria cigana, limitando sua renda e gerando isolamento associativo. Conclui-se que o relato fortalece a Licenciatura em Educação do Campo e a ciência decolonial na Universidade Federal de Campina Grande, evidenciando a urgência de políticas públicas integradas que garantam o acesso à terra e valorizem saberes ancestrais no Sertão.

Palavras-chave: Educação do Campo; Medicina Popular Tradicional; Saúde Comunitária; Hermenêutica da Potência; Decolonialidade; .

ABSTRACT

The experience report at hand, or rather, in hand, is the result of a mandatory extension action motivated by the principles of the pedagogy of alternation, as outlined in the pedagogical course plan of the Bachelor's degree in Field Education of Time-Community. Thus, it is an immersion with experiences in a rural community outside the students' own residence. They must apply a socioeconomic diagnosis to detect the problems of the rural community, juxtaposing, in this exchange of knowledge, didactic-pedagogical practices learned during University Time. Thus, these experiences should value the exchange, in the teaching-learning processes, between popular and scholarly knowledge. The objective is to investigate the socioeconomic, educational, productive, and sanitary dynamics in Sítio Jardineiro and Serra de Arara, in Cajazeiras, Paraíba. The method combines an integrative literature review with the methodology of pedagogical hermeneutics, through the application of twenty socio-analytical forms signed via an Informed Consent Form. The results indicate that ninety percent of the collaborators use medicinal plants daily under the leadership of herbalists. The research also reveals socio-ethnic discrimination against the *Colón* minority, limiting their income and generating associative isolation. In conclusion, this report strengthens both the Degree in Education of and in the Countryside and decolonial science at the Federal University of Campina Grande, highlighting the urgent need for integrated public policies that ensure land access and value ancestral knowledge in the *Sertão* region.

Keywords: Rural Education; Traditional Popular Medicine; Community Health; Hermeneutics of Power; Decoloniality.

1. INTRODUÇÃO

A Educação do Campo tornou-se, ao longo da história, não apenas uma abordagem pedagógica distinta, mas também uma prática política libertadora desenvolvida pelos movimentos sociais do campo (Ifadireó et al., 2026b). Nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo (LeCampo), a pesquisa socioanalítica e os diagnósticos da dinâmica “Tempo-Comunidade” são essenciais para a formação acadêmica discente, uma vez que atuam como ferramentas viáveis para revelar as contradições materiais, as potencialidades culturais e as necessidades infraestruturais que influenciam a vida das pessoas que vivem, trabalham e lutam nos territórios rurais a serem experienciados por práticas pedagógicas em campo.

Este trabalho, inserido na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, apresenta-se sob a forma de um relato de experiência decorrente da participação plena dos/as discentes-pesquisadores/as e extensionistas da Licenciatura em Educação do Campo (LeCampo). Trata-se de uma atividade pedagógica obrigatória vinculada à Unidade Acadêmica de Educação do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, desenvolvida em parceria com o PARFOR Equidade. Essa ação é estabelecida pelo projeto político-pedagógico do curso e visa ao encerramento do período letivo (2026.1). Consequentemente, constitui um critério fundamental para a aprovação nas disciplinas cursadas, as quais só se concluem com a apresentação e a defesa das ações de extensão denominadas “Tempo-Comunidade”. Essas ações desenvolvem-se a partir da aplicação de diagnósticos em uma determinada comunidade rural, escolhida pelos/as próprios/as alunos/as sob a orientação de um/a professor/a de uma das disciplinas do período letivo.

No âmbito dessa atividade, foram aplicados 20 diagnósticos, sendo 14 na comunidade do Sítio Jardineiro e 6 na comunidade vizinha de Serra de Arara, visto que todos os participantes da experiência do tempo-comunidade assinaram o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). A inclusão desta última justifica-se por ser o polo educacional para onde as crianças e os/as adolescentes do Sítio Jardineiro são transportados/as para estudar. As visitas referentes ao Tempo-Comunidade ocorreram ao longo de cinco incursões planejadas no território, realizadas nos dias 11 de julho, 1º de agosto, 15 de agosto e 19 de agosto, culminando em uma assembleia comunitária no dia 13 de setembro. Nesse cenário, tanto os/as estudantes do Ensino Fundamental I e II quanto os/as jovens e adultos/as da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Sítio Jardineiro utilizam os ônibus escolares fornecidos pela Prefeitura de Cajazeiras para frequentar a Escola Municipal do Campo Augusto Bernardino de Souza.

Ao investigar a vida social dessas comunidades rurais, encontra-se também a trajetória histórica do movimento de Educação Popular e Saúde (EP&S). Durante os últimos momentos da ditadura militar, com a promulgação da Constituição Federal da República Federativa do Brasil em 1988 e o fortalecimento da democracia, viabilizou-se a criação da Rede de Educação Popular e Saúde (1998)⁸ e da ANEPS (2003)⁹, fundamentadas na educação popular influenciada por Paulo Freire. Nesse contexto, observa-se a necessidade de ressaltar que a Educação Popular em Saúde (EP&S) segue, em sua plenitude epistêmico-pedagógica, os princípios da educação popular freireana. Assim, rejeita-se toda e qualquer tentativa de separar as abordagens teóricas das práticas, posicionando-se na contramão crítica do tecnicismo biomédico e de suas diretrizes neoliberais, as quais tornam o Sistema Único de

Saúde (SUS) rígido, frio e distante dos problemas sociais. Dessa forma, a EP&S tem por missão promover uma visão de cuidado baseada no diálogo, no reconhecimento das experiências comunitárias, nos saberes e sabedorias populares, e na valorização dos artefatos culturais das populações marginalizadas.

A lacuna crucial que emerge desse panorama reside no fato de que, historicamente, as agendas de políticas públicas em saúde geralmente seguem uma abordagem normativa e biomédica excludente, distanciando-se tanto das estratégias de educação popular em saúde, quanto das tessituras de redes comunitárias de cuidado informal. Essas redes fundamentam-se na ancestralidade – camponesa, quilombola, indígenas etc - de regiões e localidades específicas que estão à margem dos planejamentos institucionais de intervenção pública. Diante disso, formula-se a seguinte questão-problema norteadora: *como se articulam as ferramentas analíticas da Educação Popular em Saúde com os saberes tradicionais do Sítio Jardineiro e de Serra de Arara para constituir redes de cuidado comunitário eficazes perante as lacunas dos serviços públicos de saúde e as desigualdades educativas da região?*

Visando responder a essa questão, este trabalho tem como objetivo geral investigar a dinâmica socioeconômica, educacional, produtiva e sanitária nas comunidades do Sítio Jardineiro e de Serra de Arara, ambas localizadas no município de Cajazeiras, PB. Para tanto, a pesquisa dedica-se aos seguintes objetivos específicos: a) caracterizar o perfil sociodemográfico e educacional dos/as habitantes, estabelecendo relações entre gênero, faixa etária, níveis de renda, desigualdades educacionais e inserção no mercado de trabalho local; b) identificar a configuração patrimonial e organizacional do território, analisando de forma combinada a posse

da terra e o grau de envolvimento associativo e comunitário das famílias na comunidade do Sítio Jardineiro; c) mapear as carências em infraestrutura, sobretudo em relação aos serviços básicos de saúde, além de conflitos e casos de discriminação étnico-social na região.

Essa investigação torna-se especialmente importante para compreender as assimetrias locais, bem como as diversas formas de vulnerabilidade, de resistência e de resiliência dos movimentos sociais do campo que emergem no cotidiano, a partir da perspectiva dos/as próprios/as moradores/as do Sítio Jardineiro. Observa-se, assim, se esses reflexos afetam diretamente as interações com o ambiente escolar, seja no território rural, seja no urbano. Dentro dessa perspectiva, verificou-se ainda se os/as moradores/as se deparam com a difícil escolha entre matricular seus/suas filhos/as em uma Escola do Campo, na vila de Serra de Arara, ou enviá-los/as para uma escola na cidade, situada no município de Cajazeiras, onde a experiência da vida camponesa é historicamente transformada em folclore, ignorada e silenciada pelos currículos urbanos convencionais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A estruturação da Educação do Campo no Brasil transforma a imagem do meio rural em um espaço vibrante de vida, direitos e valorização de identidades. Essa perspectiva contrasta com a antiga percepção de que o campo era apenas um vazio demográfico ou um simples local de exploração agrícola, considerando que a educação do campo “terá sua organização e o funcionamento das suas escolas, respeitando as diferenças entre as populações atendidas quanto à sua atividade econômica, seu estilo de vida, sua

cultura e suas tradições” (Brasil, 2008 apud. Costa; Andrade e Andrade, 2024, p. 12). A partir das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Brasil, 2002), esse processo normativo se solidificou, determinando que a terra e o cotidiano do campo são fundamentais para a edificação do conhecimento escolar. Conforme Camacho (2019), o campo sustenta uma noção de ruralidade povoada por indivíduos que residem, trabalham e estudam nessa área, sendo na dignidade de suas rotinas diárias que encontram a base para firmar sua identidade territorial:

(...) a Educação do Campo, antes de ser teoria era uma prática cotidiana dos movimentos camponeses nas suas diferentes formas de educação, inclusive na luta que é um processo pedagógico. A Educação do Campo compreende o processo formativo, desde as séries, iniciais ao ensino superior de modo que contempla todo o percurso formativo do sujeito camponês (Gomide et al., 2019, p. 6).

Para legitimar essa realidade, o sistema jurídico do país teve de se desvincular dos currículos urbanocêntricos, como roga o artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), que já previa a necessidade de os sistemas de ensino adequarem conteúdos e métodos às reais necessidades e particularidades das populações rurais (SEDU, 2014). Em seguida, o Decreto nº 7.352/2010 aprofundou esse conceito ao detalhar a diversidade do campesinato no Brasil, incluindo não apenas os/as agricultores/as familiares, mas também extrativistas, pescadores/as artesanais, ribeirinhos/as, assentados/as, acampados/as e trabalhadores/as assalariados/as rurais, entre outros. De acordo com essa lógica de proteção, a escola do campo passou a ser definida por

sua função social, abrangendo tanto as instituições localizadas na área rural quanto aquelas situadas na cidade, mas que atendem predominantemente aos/as trabalhadores/as do campo (Brasil, 2010).

Diante dessa inquietação, percebe-se que essa abordagem pedagógica se torna distinta, principalmente, por conectar a vida comunitária à vida escolar. Essa proposta organiza os tempos educativos em dois momentos articulados: o Tempo-Escola, destinado à apropriação coletiva dos conceitos, e o Tempo-Comunidade, momento em que o/a aluno/a retorna ao seu ambiente familiar e produtivo para vivenciar a aprendizagem prática em seu próprio contexto de vida (SEDU, 2014). Por conseguinte, é nesse período de imersão no campo que desabrocham experiências de aprendizagem teórica e práxis empírico-educativas, transformando o olhar discente em uma troca circular e não estruturada de “saberes e dizeres”. Isso possibilita que a comunidade dos/as estudantes rurais investigue outras realidades bem próximas às suas, reconhecendo os problemas de sua região, apreciando os conhecimentos tradicionais e formulando soluções para as demandas reais que atingem diretamente as suas próprias comunidades. Essas aprendizagens tornam-se essenciais para a sobrevivência e a manutenção social de suas famílias. Quando o plano pedagógico do curso de LeCampo desloca o foco formativo para o seio das comunidades rurais, o Tempo-Comunidade constitui-se como um terreno fértil para o redescobrimento das redes informais de cuidado que sustentam as famílias do campo.

Sob essa visão, acentua-se que tais experiências práticas adquiridas pelos/as alunos/as não constituem apenas saberes complementares ao conhecimento erudito gerado no "Tempo-Universidade" em sala de aula. Mais do que isso, compreende-se que esses conhecimentos

oriundos do Tempo-Comunidade transcendem o currículo convencional, uma vez que são capazes de conectar o/a discente ao dia a dia do trabalho no campo, às antigas práticas de cura e, no caso do relato de experiência em tela, à proteção da vida. A realidade rural não se resume a uma coleção de dados estatísticos, mas relaciona-se intimamente com as práticas de promoção do bem-estar integral e com a sobrevivência coletiva, cujas raízes teóricas e históricas se entrelaçam com a Educação Popular (Freire, 1967; 2011b) e com a Educação Popular em Saúde (Valla, 1999).

A discussão sobre saúde e educação popular no Brasil está profundamente enraizada, antecedendo inclusive a historiografia da experiência freireana das 40 Horas de Angicos no sertão potiguar (Lyra, 1996). Na metade do século XX, os estudos antropológicos pioneiros de Alceu Maynard Araújo, particularmente em *Alguns Ritos Mágicos* (1958) e *Medicina Rústica* (1959), já catalogavam o folclore, as práticas rituais e a trajetória da medicina popular, à qual ele se referia como medicina rústica no país. Essa prática se distancia do tecnicismo e da racionalidade mecânica da biomedicina contemporânea ao investir na indissociabilidade entre teoria e prática, na curiosidade, na amorosidade e no “esperançar” como motores de transformação social (Freire, 2011).

A perspectiva freiriana e a formação em saúde efetivam-se quando se rompe a lógica do treinamento padronizado e a rigidez dos papéis de quem ensina e de quem aprende; ambas buscam promover a autonomia e o protagonismo dos indivíduos contra a construção e a centralização desigual do poder. A esse respeito, percebe-se a tessitura com as abordagens de pedagogos/as e pensadores/as decoloniais, tais como Quijano (2005), Walsh (2009) e Nascimento (2020), que apontam a urgência em promover trabalhos

com perspectivas inter e transdisciplinares (Maldonado-Torres, 2016) voltados à emancipação e à participação política de indivíduos excluídos e marginalizados — como as populações e os povos tradicionais do e no campo (indígenas, quilombolas e camponeses/as). Ao longo dos séculos, a historiografia das políticas públicas e de saúde no Brasil excluiu esses grupos e fomentou desigualdades sociais, culturais, econômicas, jurídicas e educacionais (Valla, 1997; Moura Neto e Streck, 2019). Logo, a educação popular e a educação popular em saúde configuram-se como abordagens teóricas insurgentes, críticas e decoloniais, capazes de promover a apropriação do saber para a recriação das interações sociais diante de situações reais (Vasconcelos, 2018).

Ao lado dessas considerações está a premissa da resistência cultural da população camponesa no Sertão da Paraíba, que se reflete de forma intensa no uso medicinal de plantas — ainda a principal e, muitas vezes, a única forma de tratamento em comunidades afastadas, mercados municipais e feiras livres em todo o Brasil (Ceccim et al., 2018). Diante disso, segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), aproximadamente 80% da população mundial recorre à flora medicinal como recurso terapêutico para o tratamento de enfermidades (CFF, 2004). Em nível nacional, esse conhecimento popular e tradicional foi oficialmente respaldado pelo Ministério da Saúde por meio da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Decreto nº 5.813/2006) e da criação da RENISUS, marcos legais que validaram o uso seguro e científico da fitoterapia popular, integrando-a de forma planejada à Atenção Básica do SUS (Brasil, 2013).

Por conseguinte, é importante observar que as dimensões econômicas e estruturais são fundamentais para compreender as

conjunturas de opressão e resistência identificadas nas comunidades visitadas. Estas dimensões provocam a ressignificação de abordagens teóricas libertadoras e emancipadoras que caminham lado a lado com a educação popular e com a educação popular em saúde — a saber, a interculturalidade e a decolonialidade, conforme postulam Ifadireó et al. (2026). Ao refletirem sobre o território rural camponês e quilombola e suas respectivas práticas pedagógicas e socioculturais, os/as autores/as percebem a relevância de superar a racionalidade ocidentalizada que, ao longo da história, silenciou e negligenciou o reconhecimento dos saberes tradicionais, ou os subordinou às epistemologias do Ocidente (Kusch, 2008).

A escola do e no campo deve, portanto, posicionar-se como um espaço intermediário que proteja e valorize a diversidade de povos e culturas viventes e sobreviventes do campo — camponeses/as, indígenas, quilombolas, ciganos/as, entre outros —, tanto na luta contra as opressões históricas quanto na promoção do reconhecimento da interculturalidade dos conhecimentos que emergem das margens dos territórios rurais. Corroborando essa perspectiva, Ifadireó e Lopez (2026a) ressaltam a importância de uma “hermenêutica pedagógica” capaz de interpretar os modos de vida para além da cultura urbanocêntrica das cidades; ou seja, uma hermenêutica apta a lidar com os fenômenos e as peculiaridades do e no campo não pelo viés da carência, mas pelo viés da potência e da resistência cultural.

Por fim, o relatório do Tempo-Comunidade do LeCampo evidenciou uma grave antinomia: o esvaziamento e o desamparo da saúde pública no Sertão Rural. Constatou-se, por um lado, um quantitativo expressivo de menções e queixas sobre a falta de assistência e a

ausência do Programa Saúde da Família (PSF) em 14 dos 20 diagnósticos aplicados em nossa experiência no Tempo-Comunidade do Jardineiro, na zona rural de Cajazeiras. Essas lacunas convivem, por outro lado, com o uso de plantas medicinais por quase 90% dos/as indivíduos que compartilharam suas experiências conosco.

3. METODOLOGIA

O lócus do Tempo-Comunidade se deu na comunidade rural Sítio Jardineiro, que está localizada no município de Cajazeiras, na Paraíba, e que se integra a um contexto sertanejo repleto de lutas, memórias, resistências e identidades. Além disso, avultamos que a luta camponesa e a organização local da comunidade se tornam mais robustas por meio da Associação Comunitária Rural do Sítio Jardineiro. Desde 1998, atua como um instrumento coletivo na concessão de direitos e na defesa do território, inclusive tendo o registro ambiental do imóvel rural perante os órgãos responsáveis pelo controle do meio ambiente. Em questão de saúde pública e institucional, a comunidade possui também o recém-inaugurado Posto de Saúde da Família (PSF) Maria José Alves de Almeida, que presta atendimento à população uma vez por semana, somente às sextas-feiras, das 7 horas às 16. Fato esse que dificulta o atendimento comunitário da população que trabalha no campo.

O diagnóstico apontou que, apesar de esse equipamento municipal ser visto como a materialização do Estado e do espaço oficial para o cuidado com a saúde, ele ainda não goza das facilidades necessárias entre os profissionais de saúde e medicina. Isso ocorre em razão da forte influência das práticas de cuidado tradicionais, que estão entrelaçadas no dia a dia dessa região sertaneja. A abordagem

metodológica deste relatório de experiência baseia-se na inseparabilidade entre teoria, intervenção social e pesquisa-ação, que são marcas da formação teórica da licenciatura de Educação do Campo. A fim de abordar a complexidade que permeia tanto os determinantes de saúde quanto os conhecimentos tradicionais no contexto rural, a arquitetura desta experiência investigativa se organiza em duas dimensões. Essas dimensões inegavelmente se complementam: uma introdução empírica, realizada por meio do Diagnóstico Tempo-Comunidade, e um levantamento bibliográfico.

No que se refere ao embasamento teórico, se foi feito uso do método de revisão integrativa, segundo os autores Souza, Silva e Carvalho (2010). Isso se justifica pela flexibilidade e abrangência do método, que possibilita integrar dados científicos disponíveis com os conhecimentos empíricos resultantes da experiência da comunidade, ostentando assim, escapar do monopólio positivista que restringe a validade científica apenas aos ensaios clínicos e aos dados numéricos. Logo, destacamos que a opção pela revisão integrativa permitiu a exploração e a análise qualitativa das produções a respeito da Educação Popular em Saúde. Isso formou um referencial conceitual sólido para interagir com a realidade prática dos territórios rurais e das escolas do e no campo.

Em termos práticos, a investigação se materializou por meio do Diagnóstico Tempo-Comunidade do LeCampo (semestre letivo 2026.1), que os/as discentes realizaram de forma participativa durante cinco visitas ao território, nos dias 11 de julho, 1º e 15 de agosto e 19 de agosto, até a assembleia comunitária realizada no dia 13 de setembro, visto que essas imersões, tanto no Sítio Jardineiro quanto em Serra de Arara, permitiram que os/as estudantes desempenhassem o papel mediadores/as e realizassem 20

diagnósticos socioanalíticos com professores/as, gestores/as, agricultores/as, estudantes, trabalhadores/as domésticos/as e raizeiros/as de ambas as comunidades.

De todo, acrescentamos ainda que os instrumentos foram elaborados a partir de entrevistas semiestruturadas, observação participante e rodas de conversa, possibilitando a triangulação entre renda, escolaridade, precarização institucional e uso de terapias tradicionais pela comunidade. De modo que nossas experiências do tempo-comunidade chegaram ao fim no dia 13 de setembro, com o advento de uma atividade de culminância que envolveu 28 moradores/as do Sítio Jardineiro. Importante destacar que o grupo de colaboradores/as validou todas as informações coletadas, apresentando suas visões e interpretações acerca das desigualdades no acesso à educação e à saúde em sua área rural, no município de Cajazeiras.

Nessa linha de pensamento, é importante ressaltar que o evento fortaleceu a prática da Educação Popular em Saúde, uma vez que teve a ilustre presença do Senhor Zé Raizeiro, reconhecido como o mais renomado “médico-raizeiro” e educador popular do Sertão da Paraíba devido ao seu notório conhecimento fitoterápico, com o qual atende toda a região de Cajazeiras. A participação desse detentor de saberes imateriais transformou, positivamente, o espaço-tempo-comunidade por meio do intercâmbio de saberes e sabedorias em forma de uma verdadeira roda de saberes ancestrais. Isso demonstra na prática como a fitoterapia e os cuidados tradicionais preenchem as lacunas deixadas pela biomedicina institucional, além de introduzir redes afetivas e técnicas de sobrevivência no sertão paraibano. Por conseguinte, acentuamos que essa experiência possibilitou o confronto entre as narrativas

dos/as moradores/as e as ideias freireanas sobre saúde, organizando os resultados de forma a destacar a resistência cultural camponesa diante do silenciamento imposto pelas instituições. Os dados foram organizados seguindo as etapas a seguir:

Em primeiro lugar, destacamos que os dados aqui apresentados, tiveram auxílio da Inteligência Artificial Generativa do ChatGPT (versão GPT-4, OpenAI) e do Gemini, durante o processo de edição deste relatório de experiência, apenas para melhorar a legibilidade, a correção gramatical, a tradução do resumo/ abstract e a elaboração dos gráficos. Ademais, acentuamos que as informações aqui fornecidas com uso da ferramenta foram cuidadosamente revisadas e validadas pelos/as autores/as para a defesa do relatório final perante a Banca Avaliadora do LeCampo em 18 de setembro de 2026. Portanto, o conteúdo científico ao longo deste relato de experiência - desde a discussão teórica até a análise dos dados e, respectivamente, dos resultados - foi realizado a partir da abordagem interpretativa da hermenêutica pedagógica, sendo, portanto, de inteira responsabilidade dos/as autores/as. Por fim, acentuamos que estes procedimentos estão também acordados com as normas da Revista Tópicos. Respectivamente, estão amparados na Portaria do CNPq n.º 2.664, de 2026 (Brasil, 2026), que exige que os/as pesquisadores/as declarem e justifiquem o uso de IA em todas as etapas da produção científica.

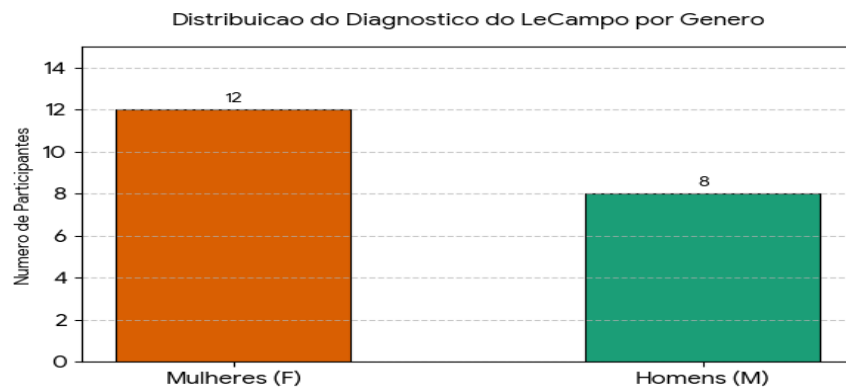
Em segundo lugar, ressaltamos que foi realizada uma tabulação quantitativa dos 20 diagnósticos aplicados: foram 14 na Comunidade do Sítio Jardineiro e 6 na Comunidade de Serra de Arara, que é o território escolar e rural para onde os/as alunos/as do Sítio Jardineiro vão estudar. Além disso, destacamos os dados quantitativos e as categorias mencionadas, como gênero, idade, renda, tamanho da

família, posse da terra e associativismo, que foram organizados e analisados de forma descritiva, primeiramente com a ferramenta Excel, o que nos possibilitou examinar as categorias acima mencionadas, permitindo, a partir dos dados brutos, identificar variações estatísticas, padrões, desigualdades e perfis para o nosso relatório. Assim, optamos por usar a Inteligência Artificial Generativa ChatGPT e Gemini, em especial para as ferramentas de criação ou aprimoramento dos gráficos, por causa da qualidade visual que esses oferecem.

Em terceiro lugar, cabe enfatizar que todas as demais etapas do trabalho foram realizadas exclusivamente por nossa equipe, com a supervisão do orientador, inclusive a interpretação hermenêutica das variáveis concernentes aos cultivos agrícolas, saberes fitoterápicos e desafios da região. Por fim, ressaltamos que todos esses pontos foram abordados com a técnica de análise de conteúdo e categorizados conforme a frequência das respostas. Isso possibilitou concluir que, dentre os problemas considerados pelos/as colaboradores/as, a saúde é a questão que mais se destaca. Esses pontos revelam a necessidade de um diagnóstico para identificar as demandas que emergem das experiências no campo e na formação de futuros/as educadores/as nas escolas do e no campo.

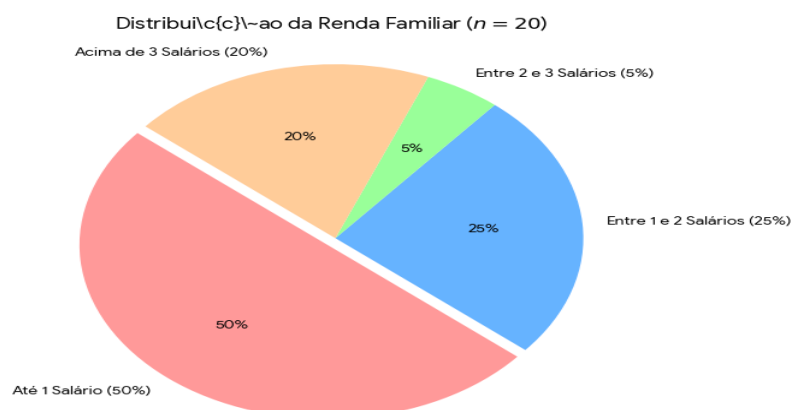
4. ACHADOS E ANÁLISE DOS DADOS

4.1. Universo Total (N) de Participantes



O diagnóstico realizado nas comunidades do Sítio Jardineiro e de Serra de Arara abrangeu um universo amostral ($N=20$) majoritariamente feminino, composto por 12 colaboradoras, o que representa 60% do total de participantes. Sob o prisma da hermenêutica pedagógica (Ifadireó; Lopes, 2026), esse dado não reflete mera assimetria estatística, mas expõe a potência das mulheres camponesas como guardiãs fundamentais tanto dos processos educativos quanto da preservação e transmissão da medicina tradicional na região. Em contrapartida, os homens totalizam 8 participantes (40%) e dedicam-se predominantemente ao trabalho direto na lavoura. Evidencia-se, assim, uma divisão sociocultural do trabalho que posiciona a mulher na centralidade do cuidado comunitário e da salvaguarda dos saberes ancestrais.

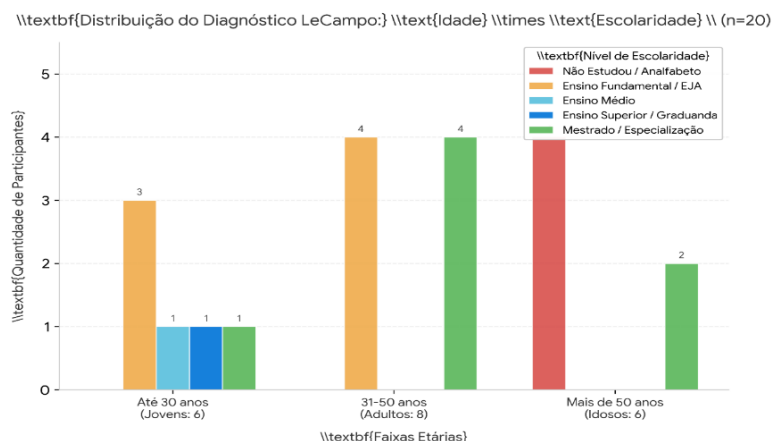
4.2. Família e Renda: Um Olhar Sobre a Distribuição ($N=20$)



A análise detalhada dos 20 diagnósticos revela, sob uma primeira leitura, um cenário de acentuada vulnerabilidade econômica: metade da comunidade investigada (50%) sobrevive com

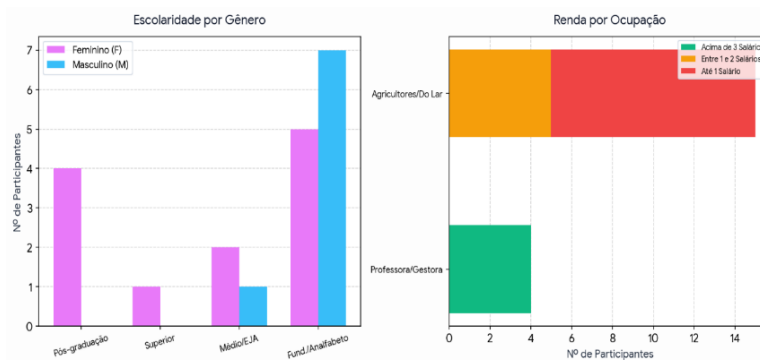
rendimentos de até um salário mínimo, realidade agravada pela dependência direta de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família (notadamente evidenciado nos Casos 9 e 17). Essa base da pirâmide socioeconômica expõe as assimetrias materiais que tensionam a reprodução social no campo. Por outro lado, o estrato identificado como a “elite socioeconômica” local abrange 20% do universo total (4 indivíduos) e é constituído exclusivamente pelo corpo docente que possui titulação de pós-graduação (stricto sensu de Mestrado) e pela liderança comunitária (como o Caso 7). Esse achado demonstra que as melhores remunerações na localidade estão atreladas ao funcionalismo público na área da educação e aos cargos de representação política, e não à atividade produtiva agrícola propriamente dita. Entre esses dois extremos, situa-se a classe média camponesa, que representa 30% do universo pesquisado. Esse grupo distribui-se entre as faixas de 1 a 2 salários mínimos (25%) e de 2 a 3 salários mínimos (5%), englobando agricultores/as que possuem terras próprias e professores/as em início de carreira ou em processo de formação técnica. Lidos à luz de Ifadireó e Lopes (2026), esses dados evidenciam que a renda no meio rural não deve ser interpretada apenas pelo viés da escassez monetária, mas como um elemento estruturante que desafia a escola do campo a compreender as diferentes condições de existência e as estratégias de resiliência econômica desenvolvidas pelas famílias camponesas.

4.3. Idade e Escolaridade



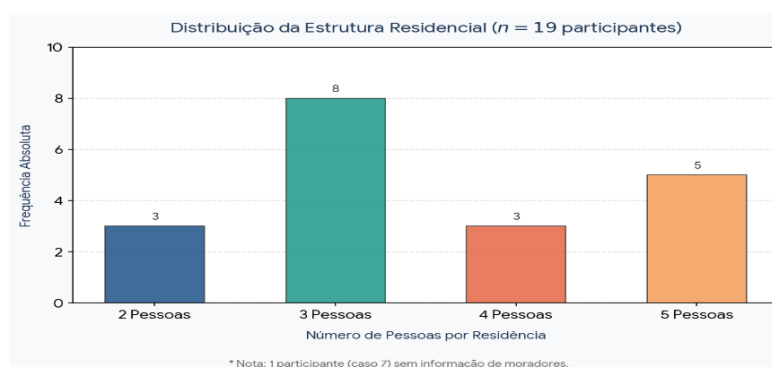
Os achados trazem à tona um histórico abismo educacional nos territórios rurais, reflexo da negligência histórica de políticas públicas voltadas às especificidades das populações do campo. O analfabetismo ou a baixa escolaridade (expressos na categoria “não estudou”) concentram-se massivamente na população idosa rural, majoritariamente composta por agricultoras com mais de 50 anos, e nos/as jovens que se inseriram precocemente no trabalho agrícola. É o caso dos participantes 16 e 18, que buscam a continuidade dos estudos por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), e do participante 20, que não concluiu o Ensino Fundamental. Em contraposição a essa realidade de exclusão, o polo docente adulto (faixa etária de 31 a 50 anos) detém títulos de pós-graduação. Esse cenário exige uma leitura hermenêutica que não rotule o/a idoso/a ou o/a jovem camponês/as pela ótica da “falta”, mas que reconheça o papel da EJA e das licenciaturas em Educação do Campo como ferramentas insurgentes de reparação histórica e emancipação política.

4.4. Escolaridade Distribuída por Gênero e Renda por Ocupação



Constatou-se que os níveis mais elevados de escolaridade e os maiores rendimentos financeiros concentram-se estritamente nas mãos de mulheres vinculadas aos setores de educação e gestão local. Em contrapartida, o grupo produtivo diretamente ligado à agricultura e ao trabalho doméstico - englobando tanto homens quanto mulheres – que ocupa a base da pirâmide socioeconômica, apresentando os menores índices de escolaridade formal e rendas familiares que não ultrapassam dois salários mínimos. Esse cruzamento revela que a escola do campo precisa atuar de forma interseccional, compreendendo como gênero, escolaridade e divisão do trabalho se articulam na produção das assimetrias camponesas.

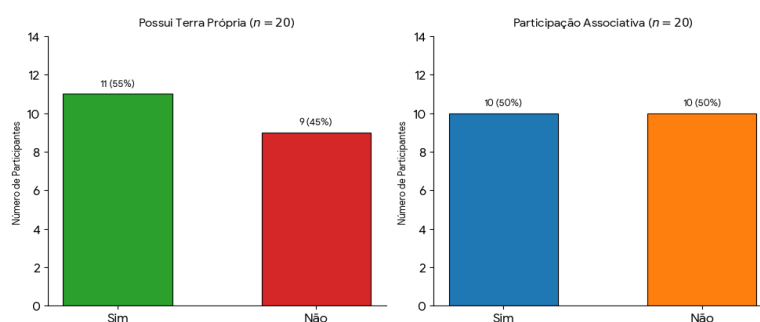
4.5. Compartilhamento por Tipo de Família (Moradores por Domicílio)



O diagnóstico indica uma prevalência significativa de famílias numerosas entre os/as trabalhadores/as rurais das duas comunidades. Domicílios habitados por 4 a 5 pessoas correspondem a 40% da amostra total, o que gera uma pressão econômica acentuada sobre a renda per capita dessas famílias camponesas.

Longe de representar um mero problema demográfico, a hermenêutica pedagógica nos ensina a interpretar esses arranjos familiares extensos como redes de solidariedade camponesa, onde o compartilhamento do teto e das condições de subsistência atua como uma estratégia coletiva de resistência material diante das lacunas assistenciais do Estado.

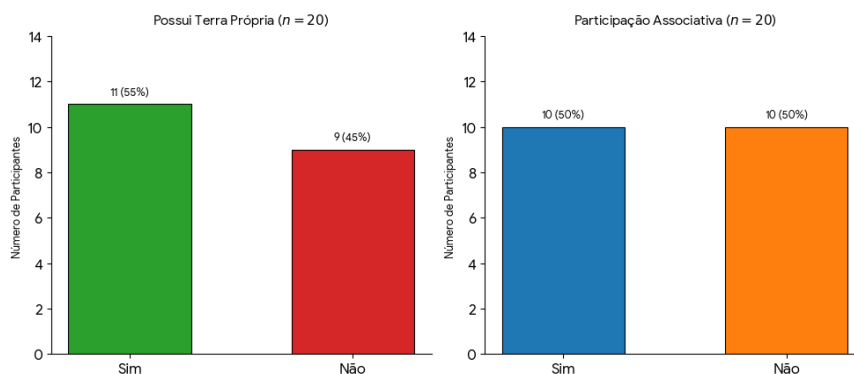
4.6. Distribuição Terrestre e Participação Associativa/Sindical



Ao lançar um olhar hermenêutico sobre a distribuição da terra e a participação associativa ou sindical, constata-se um quadro alarmante de retração na autonomia patrimonial e coletiva: a posse da terra própria recuou de 73% para 55% entre os/as entrevistados/as. Esse declínio revela que quase metade dos/as agricultores/as familiares (com destaque para os Casos 16 a 20) labora em terras alheias, sob regimes de parceria, ou em assentamentos ainda desprovidos de titulação definitiva. Paralelamente, a taxa de desarticulação política atingiu 50% da amostra, correspondendo a indivíduos que não participam de associações comunitárias ou sindicatos rurais. Esse dado não deve ser lido de forma simplista como apatia ou “falta de consciência política”. A hermenêutica de Ifadireó e Lopes (2026) exige compreender as causas profundas desse distanciamento, investigando se as estruturas associativas tradicionais têm falhado em dialogar com as reais necessidades dos/as sujeitos do campo ou se os processos de exclusão e

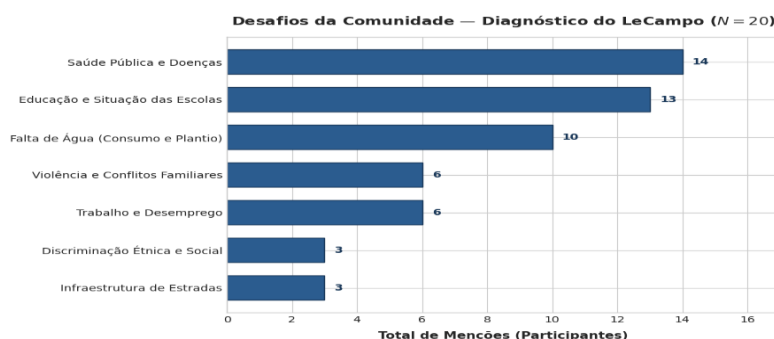
precarização do trabalho têm exaurido o tempo necessário para a mobilização coletiva.

4.7. Interseção Entre o Associativismo e a Agricultura Familiar



Os dados empíricos demonstram uma clara correlação entre a segurança da posse da terra e o engajamento nos movimentos coletivos. O/A agricultor/a familiar que não possui terra própria é, via de regra, aquele/a que se encontra à margem das decisões coletivas, demonstrando apatia ou desinteresse pelo associativismo local. Consequentemente, observa-se que as estruturas organizacionais da comunidade enfrentam dificuldades para atrair e amparar meeiros/as, parceiros/as e trabalhadores/as sem-terra, aprofundando as linhas internas de exclusão. A posse da terra, portanto, configura-se não apenas como um ativo econômico, mas como um catalisador de cidadania e de pertencimento político no território camponês.

4.8. Distribuição em Função dos Desafios Comunitários

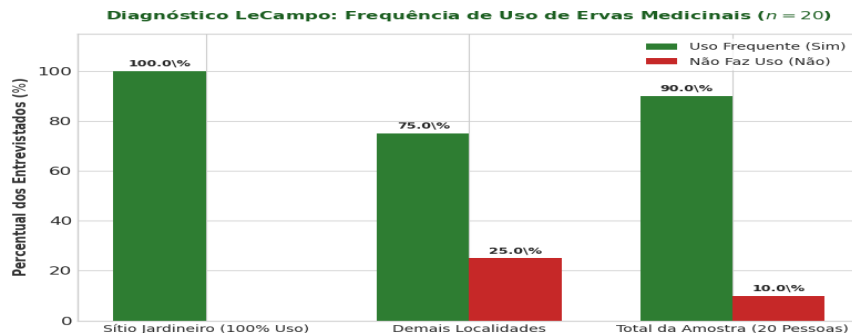


Os dados empíricos ilustram a urgência e a relevância das práticas de diagnóstico realizadas pelos/as discentes da LeCampo. Os

desafios identificados nas comunidades de Sítio Jardineiro e Serra de Arara espelham as contradições vivenciadas pelos/as próprios/as estudantes em seus territórios de origem, revelando demandas estruturais compartilhadas: a) Saúde Pública (14 menções): Ocupa o primeiro lugar entre as preocupações locais. Mesmo diante da recente inauguração do Posto de Saúde da Família (PSF), o equipamento ainda não foi capaz de consolidar a confiança e a tranquilidade necessárias. O isolamento médico no Sítio Jardineiro perpetua-se como um desafio crônico; b) Educação e Ameaça de Fechamento de Escolas (13 menções): O receio e a angústia de que a Escola do Campo em Serra de Arara venha a ser desativada geram forte instabilidade comunitária. Esse temor ampara-se no avanço de políticas de nucleação escolar que têm extinguido escolas rurais em municípios limítrofes e no próprio município de Cajazeiras, seguindo uma tendência excludente observada em nível estadual e nacional; c) Escassez de Água (10 menções): O clamor por “água para plantar, para os animais, para beber e para a higiene” surge como um grito direto dos/as agricultores/as familiares. Embora as tecnologias sociais de convivência com o semiárido implementadas nos governos democráticos federais tenham mitigado os efeitos da seca extrema, a carência de infraestrutura e de políticas públicas voltadas para sistemas de irrigação locais permanece como um obstáculo à produção; d) Violência, Conflitos Familiares e Desemprego (6 menções): Desafios que emergem como sintomas das pressões socioeconômicas e do isolamento institucional impostos ao meio rural; e) Discriminação Étnica e Infraestrutura Viária (3 menções): Surgem problemas nas estradas e, de forma contundente, a discriminação social e étnico-racial direcionada à minoria cigana na região (vivenciada diretamente pela família cigana nos Casos 18, 19 e 20).

Sob a ótica da hermenêutica pedagógica (Ifadireó; Lopes, 2026), a ameaça de fechamento da escola do campo e o silenciamento da "questão cigana" não podem ser interpretados como meros dados secundários. Trata-se de marcas da colonialidade que operam o apagamento de saberes e identidades. A experiência de discriminação sofrida por uma mãe, esposa e estudante da EJA por sua identidade cigana (Casos 18, 19 e 20) demonstra como o preconceito étnico produz estigmas que empurram os sujeitos para a base da pirâmide produtiva (renda de até um salário mínimo) e para uma total desarticulação política, uma vez que o medo da rotulação afasta esses indivíduos dos espaços associativos. A escola do campo tem o dever político de converter esse cenário de opressão em potência de escuta e resistência intercultural.

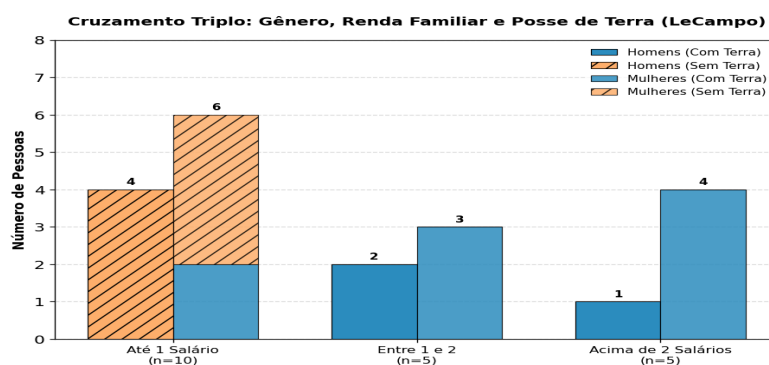
4.9. Classificação por Doenças e Aplicação de Ervas Medicinais



Um dos achados de maior relevância e riqueza etnográfica aponta que 90% dos/as participantes do diagnóstico recorrem rotineiramente aos saberes da medicina popular e ao uso de ervas medicinais. Longe de ser um indicador de “atraso” ou mera falta de recursos, a hermenêutica pedagógica de Ifadireó e Lopes (2026) propõe interpretar essa prática como uma estratégia insurgente de atenção comunitária à saúde e como uma manifestação viva da potência camponesa. A fitoterapia tradicional atua como um escudo cultural e político que compensa a carência crônica e o desamparo do Estado. O recurso às plantas medicinais configura uma resposta

direta à desconfiança institucionalizada em relação ao PSF, à escassez de medicamentos e, sobretudo, à postura por vezes arrogante e biomédica de profissionais de saúde que desconsideram as particularidades socioculturais do sertanejo. Trata-se, portanto, de uma práxis de resistência que afirma a autonomia do saber popular contra a hegemonia tecnicista.

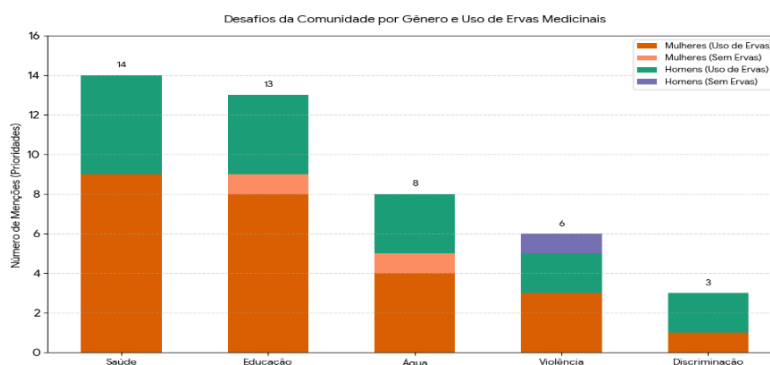
4.10. Cruzamento: Gênero, Renda Familiar e Propriedade de Terra



Este cruzamento de variáveis integra três variáveis socioeconômicas estruturantes e evidencia as assimetrias na distribuição de poder e propriedade entre homens e mulheres no Sítio Jardineiro: Em primeiro lugar, constata-se que a ausência de terra própria atua como um vetor de reprodução da pobreza. Das 10 pessoas situadas na faixa de renda de até 1 salário mínimo, 8 são trabalhadores/as sem-terra (4 homens e 4 mulheres), confirmando que a privação patrimonial do solo está diretamente vinculada à vulnerabilidade econômica extrema na comunidade. Em segundo lugar, observa-se que a conquista da estabilidade camponesa está associada ao acesso à terra. Os/As participantes (homens e mulheres) que se encontram na faixa de 1 a 2 salários mínimos possuem, em sua maioria, propriedade da terra, o que corrobora a premissa de que o chão produtivo assegura uma base mínima de soberania econômica, afastando as famílias da miséria absoluta. Por fim, o diagnóstico revelou que a posse da terra desvinculada do acesso ao saber formal não garante a ascensão socioeconômica na estrutura

contemporânea. Os indivíduos que ocupam o topo da pirâmide de renda (acima de 3 salários mínimos) não são necessariamente os maiores proprietários de terras, mas sim aqueles que detêm maior escolaridade e qualificação profissional. Esse topo é preenchido majoritariamente por mulheres camponesas que ingressaram no funcionalismo público por meio de concursos na área da educação. Esse dado ilustra a força emancipatória do letramento e da formação docente no meio rural, operando uma redistribuição de gênero no poder econômico local.

4.11. Desafios, Gênero e o Uso de Plantas Medicinais



Este cruzamento final articula as necessidades prementes do território com o gênero dos/as colaboradores/as e suas práticas terapêuticas tradicionais. Evidencia-se que as plantas medicinais funcionam como verdadeiros dispositivos de proteção e resistência face à precariedade dos serviços oficiais de saúde. Das 14 pessoas que apontaram as deficiências na saúde pública e no PSF como o desafio mais urgente da comunidade (9 mulheres e 5 homens), a totalidade utiliza a flora medicinal em seu cotidiano. Consolida-se, empiricamente, a tese de que a medicina popular não é um costume estático, mas uma resposta dinâmica, política e vital à ausência do Estado. O uso da fitoterapia revela-se quase universal entre as famílias de baixa renda (até 1 salário mínimo). As únicas exceções que não dependem desse recurso correspondem a duas mulheres situadas no topo da pirâmide de renda em Serra de Arara

(Casos 4 e 5), as quais possuem meios financeiros para buscar assistência médica privada em centros urbanos. A base da pirâmide camponesa (trabalhadores/as rurais e domésticos/as), contudo, concentra o uso pleno e a preservação desses saberes.

Finalmente, a discriminação étnico-racial contra o povo cigano (Casos 18, 19 e 20) que foi relatada por dois homens (entre eles um jovem de 18 anos) e uma mulher, reforçando assim, o cenário de vulnerabilidade que atinge a esse grupo étnico. Esse grupo, que cultiva a terra de forma precária e faz uso intensivo da medicina tradicional (sendo a mãe uma coletora de raízes), enfrenta severo isolamento comunitário e associativo. A hermenêutica pedagógica (Ifadireó; Lopes, 2026) convoca a formação em Educação do Campo a intervir nessa realidade, compreendendo que o diagnóstico das práticas de saúde e o fortalecimento desses saberes ancestrais são passos cruciais para que esses sujeitos históricos rompam o silenciamento e afirmem sua dignidade e existência no Sertão da Paraíba.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato de experiência aqui apresentado revela um intrínseco entrelaçamento entre os conceitos de campo e rural, os quais refletem a complexidade hermenêutica de territórios tensionados, por um lado, por contradições e assimetrias e, por outro, respaldados por poderosas estratégias de resistência e preservação cultural. A pesquisa de campo demonstra que a realidade dos/as camponeses/as nessa região é moldada por eixos de desigualdade material que, dia após dia, desafiam as iniciativas emancipatórias da Educação do e no Campo.

As experiências do Tempo-Comunidade, que aqui se evidenciam, são viabilizadas por meio de incursões de campo ocorridas entre os dias 1º de julho (visita inicial de sondagem), 11 de julho, 1º de agosto, 15 de agosto e 19 de agosto, culminando no dia 13 de setembro de 2026. Essas ações contam com a colaboração ativa de 20 participantes, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por todos/as os/as indivíduos provenientes das localidades do Sítio Jardineiro e de Serra de Arara. Assim, a intersecção dessas informações revela que a posse da terra e a participação comunitária não constituem fatos isolados; pelo contrário, influenciam diretamente as condições de vulnerabilidade ou emancipação dos/as sujeitos do campo.

Primeiramente, a intersecção entre gênero, renda e propriedade revela o paradoxo da posse rural entre as populações mais empobrecidas. Metade da amostra (50%) subsiste com rendimentos que não ultrapassam um salário mínimo, e a quase totalidade desse grupo é composta por trabalhadores/as sem-terra (meeiros/as ou parceiros/as). Em contrapartida, os rendimentos mais elevados (acima de três salários mínimos) encontram-se totalmente desvinculados da atividade agrícola em si, estando atrelados ao funcionalismo público da educação, setor ocupado integralmente por mulheres que possuem alto nível de escolaridade formal (Mestrado e Especialização). Do ponto de vista da hermenêutica pedagógica (Ifadireó; Lopes, 2026), vislumbra-se que o ingresso em uma formação profissional qualificada se apresenta como o maior propulsor de ascensão financeira na região, enquanto a agricultura familiar tradicional se vê sufocada por entraves estruturais que inviabilizam sua valorização econômica.

Em segundo lugar, a experiência mostra que o associativismo local replica essas mesmas fissuras estruturais. Enquanto as trabalhadoras da educação estão integralmente sindicalizadas (por meio do SINFUMC e da Associação Comunitária Rural do Sítio Jardineiro) na luta por seus direitos profissionais, os/as agricultores/as mais empobrecidos/as e sem-terra encontram-se desorganizados/as politicamente e excluídos/as da associação comunitária. O dado mais preocupante e sem precedentes deste relatório consiste na identificação de discriminação étnico-social direcionada à família cigana da comunidade (Casos 18, 19 e 20). A marginalização força esse grupo minoritário a buscar frentes de trabalho informal precarizadas, o que compromete sua renda e gera um completo isolamento associativo.

Em terceiro lugar, constata-se que a saúde pública emerge como o desafio comunitário mais urgente (14 menções). O triplo cruzamento das variáveis demonstra que a totalidade dos/as colaboradores/as que mencionam a precariedade da saúde e a falta do PSF como uma dor crônica recorre diariamente, de forma intensiva, ao uso de plantas medicinais. Conforme a perspectiva interpretativa de Ifadireó e Lopes (2026), essa abundância etnográfica reforça que a medicina popular, com a participação ativa de raizeiros/as locais, não deve ser vista como mero recurso técnico ou paliativo derivado de um suposto atraso cognitivo. Pelo contrário, trata-se, fundamentalmente, de uma “hermenêutica da potência”, ou seja, revela um mecanismo soberano de resistência, autodefesa sanitária e afirmação biopolítica dos povos do campo diante do vazio de assistência deixado pelo Estado.

Em quarto lugar, diante desse panorama e à luz de tais resultados, constata-se que este relato de experiência contribui, de imediato e

de modo transformador, para o crescimento acadêmico, político e humano de todas e todos os pesquisadores/as e extensionistas envolvidos/as, principalmente, por fortalecer a percepção sobre a indissociabilidade entre o conhecimento científico e a valorização dos saberes tradicionais.

Além disso, este relato fornece, em quinto lugar, subsídios essenciais para o fortalecimento do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LeCampo), validando sua matriz curricular que prioriza a pedagogia da alternância e o protagonismo rural. Os resultados obtidos enriquecem e impulsionam as pesquisas realizadas na Unidade Acadêmica de Educação, em colaboração com o Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus de Cajazeiras, consolidando o polo universitário como um núcleo produtor de ciência decolonial, engajado e de grande relevância para o Sertão paraibano.

Em última análise, este relato de experiência assume suma importância para a sociedade, pois expõe as evidências do racismo ambiental e da exclusão civilizatória, ao mesmo tempo em que sinaliza possibilidades para que políticas públicas integradas superem a visão assistencialista da simples transferência de renda. Torna-se imperativo, pois, transformar o capital cultural camponês e o acesso democrático à terra em ativos de valor real e emancipatório, combatendo o preconceito étnico-racial e recriando relações sociais significativas a partir das potências e das margens do território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Alceu Maynard. Alguns Ritos Mágicos. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, vol. CLXI, 1958, p. 40-162.

ARAÚJO, Alceu Maynard. Medicina Rústica (Prêmio Brasileira). Vol. 300. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026**. Institui a Política de Integridade na Atividade Científica do CNPq. Brasília, DF: CNPq, 2026. Disponível em: http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/23142775.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2002. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucao-ceb-2002>

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.761, de 19 de Novembro de 2013**. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - PNEP-SUS. Diário

oficial da União. 3 Jan 2013; Sec. 1, p. 53. Disponível em: <https://catalogo.ipea.gov.br/politica/535/politica-nacional-de-educacao-popular-em-saude-pnepssus>.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 5813 de 22 de junho de 2006**. Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. Diário Oficial da União, . Poder Executivo, Brasília, DF, 23 de junho 2006. Seção 1, p. 2. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5813.htm.

CAMACHO, Rodrigo Simão. O território como categoria da educação do campo: no campo da construção/ destruição e disputa/ Conflitos de territórios/ territorialidades. **Revista NERA**, Presidente Prudente. Vol. 22, nº. 48, pp. 38-57, Dossiê, 2019.

Ceccim et. al (Os organizadores). Prolegômenos, Da produção coletiva e do produto coletivo. In: CECCIM, Ricardo Burg; MENESES Lenilma Bento de Araújo; SOARES, Valéria Leite; PEREIRA, Adriene Jacinto; MENESES, Jordane Reis de; ROCHA, Roberta Cláudia dos Santos; ALVAREGA, José da Paz Oliveira – (orgs.). **Formação de formadores para residências em saúde: corpo docente assistencial em experiência viva**. Porto Alegre: Rede Unida; 2018. p. 13-17.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. **Boas práticas em farmácia (BPF) em ambientes comunitários e hospitalares**. Brasília: / Organização Mundial da Saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; Conselho Federal de Farmácia, 2004. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstreams/cb14723e-544c-477a-a692-f90dabeefb29/download>.

COSTA, Pedro Léo Alves; ANDRADE, Luciano Pires de; ANDRADE, Horas Maria Lima da Silva. Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola: observação das interfaces através de uma revisão sistemática de literatura. **Revista Brasileira de Educação do Campo – RBEC**. Tocantinópolis, TO. Vol. 9, p. 1-24, 2024.

DANTAS, Mayana Azevedo; SILVA, Maria Rocineide Ferreira; CASTRO JÚNIOR, André Ribeiro. Aprendizagens com o corpo todo na (trans) formação de educadores (as) populares do Curso Livre de Educação Popular em Saúde (EdPopSUS). **Interface**, Botucatu/SP, vol. 24, nº. e190205, p. 1-18, 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 43a ed. São Paulo: Paz e Terra; 2011a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011b.

GOMIDE, Caroline Siqueira; BÔAS, Rafael Litvin Villas; GUDINHO, Maria Lúcia Martins; GOUVEIA, Luan Ramos; SANTOS, Ana Lêda Dias dos. Educação do Campo e Pedagogia da Alternância: experiência da UnB no sítio histórico e patrimônio cultural Kalunga. **Revista Brasileira de Educação do Campo/ RBEC**, Tocantinópolis, vol. 4, e. 7187, p. 1-27, 2019.

IFADIREÓ, Miguel Melo; FEITOSA, Belijane Marques; SILVA, José Amiraldo Alves da *et al.* Interculturalidades quilombolas e campesinas situadas entre-lugares de resistência na perspectiva de

territórios escolares decolonizados. **Periódicos Brasil. Pesquisa Científica**, v. 5, p. 2143-2177, 2026b.

IFADIREÓ, Miguel Melo; LOPES, Wiama de Jesus Freitas. Desafios e possibilidades do pensar-interpretativo a partir da hermenêutica pedagógica na educação do e no campo. **Periódicos Brasil. Pesquisa Científica**, v. 5, p. 530-565, 2026a.

KUSCH, Rodolfo. **La negación em el pensamiento popular**. 1ª. Ed. Buenos Aires: Las Cuarenta, 2008.

LYRA, Carlos. **As Quarenta horas de Angicos**: uma experiência pioneira de educação. São Paulo: Cortez, 1996.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, nº. 1, pp. 75-97, jan./abr., 2016.

MOTA NETO, João Colares da; STRECK, Danilo R. Fontes da educação popular na América Latina: contribuições para uma genealogia de um pensar pedagógico decolonial. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 78, p. 207-223, nov./dez. 2019.

NASCIMENTO, Hiata Anderson. Entre Paulo Freire e a Teoria Decolonial: Diálogos na Educação em Saúde. **Revista Eixo**, Brasília, DF. Vol. 9, nº. 1, pp. 36-47, jan./abril., 2020.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, 2005.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Revista Einstein**. Vol 8., nº. 1, p. 102-106, jan. 2010.

VALLA, Victor Vincent. Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de crise. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 15, p. 7-14, 1999.

VALLA, Victor Vincent. Participação popular e saúde: a questão da capacitação técnica no Brasil. In: VALLA, Victor Vicent; STOTZ, Eduardo Navarro (orgs.). **Participação popular e saúde: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumurá, 1997, pp. 57-90.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. Um serviço em meio a ampla história de intervenções estatais e lutas no mundo popular. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão. **Educação Popular e a Atenção à Saúde da Família**. 6ª. Ed., São Paulo: Hucitec Editora, 2015, p. 34-39.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e educação intercultural. Exposição apresentada no Seminário “**Interculturalidad y Educación Intercultural**”, organizado pelo Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, La Paz, 9-11 de marzo de 2009.

¹ Discente do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo da Unidade Acadêmica de Educação do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande (UAE/ CFP/ UFCG), *Campus Cajazeiras*. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8404-3646>.

² Discente do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo da Unidade Acadêmica de Educação do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande (UAE/ CFP/ UFCG), *Campus* Cajazeiras. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1382-1388>.

³ Discente do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo da Unidade Acadêmica de Educação do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande (UAE/ CFP/ UFCG), *Campus* Cajazeiras. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-4498-4797>.

⁴ Discente do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo da Unidade Acadêmica de Educação do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande (UAE/ CFP/ UFCG), *Campus* Cajazeiras. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-0288-7066>.

⁵ Discente do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo da Unidade Acadêmica de Educação do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande (UAE/ CFP/ UFCG), *Campus* Cajazeiras. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9306-1250>.

⁶ Discente do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo da Unidade Acadêmica de Educação do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina

Grande (UAE/ CFP/ UFCG), *Campus* Cajazeiras. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-8082-8171>.

⁷ Docente do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo e Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande (UAE/ CFP/ UFCG), *Campus* Cajazeiras. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4497-4718>.

⁸ Mais informações sobre a Rede de Educação Popular e Saúde acessar: <https://www2.ufjf.br/nates/wp-content/uploads/sites/628/2009/12/EducacaoPopular.pdf>.

⁹ A Articulação Nacional de Educação Popular em Saúde (ANEPS), criada em 2003 por movimentos sociais (Contag, MST, Morhan), atua para democratizar o SUS e valorizar saberes tradicionais. Sobre sua história e parceria com o Ministério da Saúde, ver Batista et al. (2017) em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/31895>.